

Zélia negocia vinda de missão

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, aproveitará a viagem aos Estados Unidos, nesse final de semana, não apenas para fazer marketing do plano de ajuste econômico implantado no Brasil, condição fundamental para uma boa negociação da dívida externa. Ela aproveitará para deixar acertada a vinda de uma missão do FMI, no máximo até a primeira semana de junho, para o início das negociações formais e o fechamento de um acordo **stand-by**, que significará entrada de dinheiro novo, como contrapartida ao primeiro desembolso que o País fará desde o início da moratória, em junho de 1989.

Como o Brasil não pretende liberar qualquer parcela, mesmo simbólica, dos juros atrasados — mais de 5 bilhões de dólares quando a missão chegar — é possível que a visita dos funcionários do FMI seja antecipada para o final deste mês, já que o interesse por um acordo dos credores, passou a ser tão grande ou maior que o do Governo brasileiro. Nenhuma fonte do Ministério da Economia quis precisar o montante a ser exigido no acordo **stand-by**, mas há sinais de que o País assumiu o compromisso de sacar de suas reservas não mais que a me-

tade do total dos juros atrasados — 2,5 bilhões de dólares —, assim mesmo em parcelas.

O roteiro da viagem de Zélia aos Estados Unidos indica que sua missão será bem mais expressiva do que tentam fazer parecer os assessores que a acompanharão: o embaixador da dívida externa, Jório Dauster e o diretor de Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Clodoaldo Hugueney. Ibrahim Eris, presidente do BC, desistiu ontem à noite de tomar parte da viagem. Extra-pauta da reunião anual de rotina do FMI, a ministra terá encontros reservados com o presidente do Comitê Interino do Fundo, Michel Wilson; com o vice-presidente de Operações do Banco Mundial, Moeem Kouresh; com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka; com o diretor-gerente do FMI, Michel Candessus e com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias.

Além disso, manterá reuniões setoriais com o Grupo dos 24, integrados pelos países em desenvolvimento, devedores do fundo, e com autoridades e instituições internacionais que ainda dependem de confirmação.